

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

POLITICAL ORGANIZATION OF COLLECTIVES OF BLACK STUDENTS IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Guilherme Oliveira | Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Unicamp. Membro do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj).

Orcid: [0000-0002-6283-5009](https://orcid.org/0000-0002-6283-5009)

E-mail: guilherme.oliveira0511@gmail.com

Maria Alice Rezende Gonçalves | Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Brasil

Doutora em Saúde Coletiva e professora associada do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Uerj. Líder do grupo de pesquisa Museus Afro-digitais, Relações Raciais e Artes Visuais.

Orcid: [0000-0002-6120-554X](https://orcid.org/0000-0002-6120-554X)

E-mail: marialicerezende@uol.com.br

Resumo

A partir das duas décadas passadas, o aumento do fluxo de estudantes negros proporcionado pela implantação e implementação das políticas da diversidade, em especial de ações afirmativas no ensino superior, possibilitou uma nova configuração nas universidades brasileiras, especialmente nas públicas. Neste contexto, estudantes organizados a partir da identidade racial negra se juntam em coletivos com a finalidade de reivindicar pautas ainda não superadas por esses grupos dentro das universidades, como a manutenção do acesso e a garantia da permanência deles nessas instituições. Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre algumas das formas de organização política de coletivos de estudantes negros presentes em universidades do estado do Rio de Janeiro. Concluímos este artigo com o entendimento de que os coletivos negros possuem múltiplas formas de organização política e de estrutura dentro do espaço acadêmico, entre elas, a caracterização pela ausência de uma forma

padrão, pela ruptura com o movimento estudantil. Prezam pela horizontalidade, pela fiscalização e acompanhamento das políticas de ações afirmativas, visando a manutenção delas nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: coletivos negros; ações afirmativas; ensino superior; movimento social.

Abstract

From the past two decades, the increase in the flow of black students provided by the implementation and implementation of diversity policies, especially affirmative action in higher education, has enabled a new configuration in Brazilian universities, especially in public universities. In this context, students organized based on black racial identity, come together in collectives with the purpose of claiming agendas not yet surpassed by this group within universities, such as: maintaining access and ensuring their permanence in these institutions. This article aims to present an overview of some of the forms of political organization of collectives of black students present in universities in the State of Rio de Janeiro. We conclude this article with the understanding that black collectives have multiple forms of political organization and structure within the academic space, among them: the characterization by the absence of a standard form, by the rupture with the student movement. They value horizontality, and the inspection and monitoring of affirmative action policies aimed at maintaining them at Brazilian universities.

Keywords: black collectives, affirmative actions, higher education, social movement.

Introdução

A entrada mais significativa da população negra no ensino superior foi proporcionada a partir da implementação das políticas da diversidade no sistema de ensino, em especial as ações afirmativas, que possibilitaram mudanças na cena universitária nos últimos



anos. Essas mudanças podem ser percebidas desde a pluralidade da composição étnico-racial dos sujeitos, que passam a integrar as paisagens das universidades, até mudanças nas formas de ativismo e militância presentes nessas instituições na atualidade.

Uma das formas de ativismo que este artigo lança luz é sobre os coletivos de estudantes negros, que passam a vigorar entre as entidades políticas mais relevantes nas arenas de disputas das universidades, pressionando e negociando as demandas dos estudantes negros para fins de melhorias nas trajetórias acadêmicas do grupo.

Este artigo é parte de um estudo de caso sobre a emergência de coletivos de estudantes negros em universidades do Rio de Janeiro. Os coletivos pesquisados foram Denegrir (Uerj), Iolanda de Oliveira (UFF), Nuvem Negra (PUC), Luísa Mahin (Unirio) e Marlene Cunha (UFRJ)¹. Adotamos o método de investigação qualitativo, no qual utilizamos as seguintes técnicas de pesquisa: observação, entrevistas semiestruturadas, acompanhamento de eventos acadêmicos e das redes sociais dos coletivos pesquisados.

Os pressupostos que embasam, teoricamente, a pesquisa são Hall (2003), que nos auxilia a pensar o surgimento das novas identidades na pós-modernidade; Touraine (1977); Gohn (1997); Gohn e Bringel (2013) que nos apoiam na compreensão sobre os movimentos sociais; Mesquita (2003) e Sousa (1999) nos apresentam ferramentas analíticas para a compreensão dos Movimentos e Coletivos Estudantis e sobre as questões raciais nos baseamos nos trabalhos de Hasenbalg (1979), Guimarães (2005), Gonçalves (2014) e Lima (2015).

Neste sentido, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre algumas das formas de organização política e de estrutura do movimento construído por

¹ As siglas das universidades mencionadas se referem às seguintes instituições: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj); Universidade Federal Fluminense (UFF); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

coletivos de estudantes negros presentes em universidades do Rio de Janeiro, que compartilham a identidade negra e a agenciam como forma de mobilização política.

Identidade e as políticas da diversidade no sistema de ensino

Para que possamos compreender a organização política dos coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro é necessário que façamos um percurso sobre, primeiramente, o conceito de identidade e, posteriormente, sobre os processos de implantação e de implementação das políticas da diversidade no sistema de ensino, pois verificamos que o surgimento de novas identidades somado a essas políticas, comumente conhecidas como ações afirmativas, serve de combustível para a criação de coletivos que apresentam variados formatos de organização política, de estrutura e de recortes.

Esta pesquisa pretende lançar luz sobre os coletivos que se organizam e se mobilizam a partir da implantação e implementação de políticas de ação afirmativa com um recorte racial, ou seja, coletivos estudantis que agenciam a identidade negra como força motriz para criação e desenvolvimento de ações políticas no ensino superior, em especial aqueles que atuam nas universidades públicas.

No que tange às identidades, Hall (2003) discute esse conceito na pós-modernidade, em que a perspectiva da diversidade advinda da circulação e do contato entre diversos grupos, entre eles os grupos raciais, se confrontam e convivem nas sociedades multiculturais característica da pós-modernidade. O autor argumenta que as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades que fragmentam o indivíduo moderno, visto até então como um sujeito unificado. Esse argumento está pautado na perspectiva de que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas (HALL, 2003, p. 8).



Devido à complexidade trazida por Stuart Hall sobre o conceito de identidade e as perspectivas apresentadas por ele para qualificação da sua teoria, nos atentamos à definição que o autor traz sobre o sujeito pós-moderno para embasar nosso argumento. De acordo com o teórico, o sujeito pós-moderno é caracterizado mediante uma concepção onde ele não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2003, p.12-13).

Nessa continuidade, Hall (2003) ainda justifica a existência da pluralidade de identidades mediante uma afirmação de que a concepção de uma identidade unificada, segura e coerente é uma fantasia. Essa afirmação tem como base a ideia de que, à medida que os sistemas de significação e de representação se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis e poderíamos nos identificar com cada uma delas, ao menos temporariamente.

A análise complexa que Hall (2003) faz do surgimento de novas identidades nos alerta para prestarmos atenção ao fato de que, na medida em que o ser humano rompe com o paradigma universal e se conecta com o paradigma plural, ele deixa de estar localizado, estagnado e modelado pelas identidades fixas e passa ter a flexibilidade de poder ser e estar no mundo, agenciando diversas identidades. Partindo das reflexões de Hall (2003) sobre as sociedades multiculturais, buscamos entender a emergência de novos atores no cenário das políticas públicas inclusivas de grupos sub-representados.

É neste contexto que após um intenso processo de diálogos e negociações com o Estado brasileiro, depois do período de redemocratização, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, que as políticas da diversidade, referenciadas na constituição de 1988, foram conquistadas pelos movimentos sociais. Somente na primeira década do século XXI, o governo brasileiro incorpora, ainda que parcialmente,

a agenda de inclusão dos grupos sub-representados em várias esferas da vida social, entre eles os negros. Assim nasce um beneficiário das políticas públicas nacionais, o negro. Paulatinamente, uma série de universidades públicas, baseadas na autonomia universitária, implementam medidas inclusivas. Essas políticas tinham como beneficiários² grupos sociais específicos e podem ser compreendidas como um conjunto de ações adotadas pelo Governo Federal que não tiveram como público-alvo o sujeito universal, mas que puderam contemplar, dentro da agenda de políticas públicas, uma pluralidade de identidades e sujeitos políticos surgidos nesse contexto.

As políticas da diversidade no campo educacional se tornaram conhecidas pelo nome de políticas de ações afirmativas. Essas políticas visam promover a maior diversidade de grupos com menor representação nos espaços sociais. Identificando três inspirações na defesa das ações afirmativas: a primeira na forma de justiça reparatória ou compensatória; a segunda na forma de justiça distributiva; e a terceira na forma de ação preventiva –, Silvério (2003) destaca que elas visam o tratamento diferenciado de um grupo social. As ações afirmativas teriam, assim, como objetivo, tanto promover a igualdade de oportunidades, como o combate às desigualdades, garantindo a diversidade e o pluralismo nas diferentes esferas da vida social, denunciando e desnaturalizando a posição subordinada de determinados grupos sociais (GOMES, 2001).

A partir da inclusão desses grupos sociais como novos beneficiários das políticas da diversidade, de modo geral, e do negro, de maneira particular, as políticas de ações afirmativas possibilitaram o aumento do fluxo de estudantes negros no ensino superior, desafiando as desigualdades estruturantes existentes e que durante tanto tempo limitaram e de certa forma ainda limitam o lugar social do negro (HASENBALG, 1979) na sociedade brasileira.

² Denominamos como grupos sociais específicos aqueles que antes deste momento não estavam incluídos na agenda governamental, são eles: os negros, as mulheres, os LGBTQI+, os sem-terra, idosos etc.

As desigualdades estruturantes: as políticas racializadas e a acessibilidade de negros no ensino superior

A sociedade brasileira, assim como outras sociedades ancoradas no modelo capitalista liberal ao redor do mundo, tem como um de seus alicerces fomentar as desigualdades entre os indivíduos. Essas desigualdades, quando são produzidas no plano das estruturas, condicionam alguns grupos sociais mais vulneráveis, em especial os negros, à falta de alguns bens necessários à vida em sociedade.

Pautadas através de uma perspectiva de combate às desigualdades estruturantes, as políticas racializadas servem como um mecanismo de inclusão e de combate à desigualdade racial e têm como principal finalidade combater um conjunto variado de fenômenos que estão na base desse processo e que corroboram para que o *status quo* não seja alterado. Processos como o racismo, a discriminação direta, a discriminação indireta, o preconceito, em conjunto, mantêm a população negra concentrada nos segmentos mais baixos da estratificação social brasileira (JACCOUD, 2008).

Diante desse quadro, pensar no processo de democratização do ensino é pensar em uma pluralidade de sujeitos, de trajetórias, de histórias, de vivências e de realidades. Quando interseccionamos esses sujeitos através das categorias de raça e classe, são os negros que possuem uma trajetória educacional – ensino fundamental e médio -, mais defasada (HENRIQUES, 2002), no que se refere ao ensino superior (INEP, 2018)³.

³ Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), em “Sinopse Estatística da Educação Superior 2017”, porque no momento da realização da pesquisa esses eram os dados oficiais. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 27 mai. 2021. Salva-se que entre os negros, as mulheres negras ingressam em maior quantidade ao ensino superior, como consequência de terem uma trajetória escolar mais bem aproveitada, a partir das implementações das políticas de ações afirmativas.

Como tentativa de resolução desse problema, na Conferência de Durban⁴ realizada na África do Sul, no ano de 2001, o Brasil como membro signatário da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeu em criar políticas públicas de combate ao racismo e à discriminação, que foram diagnosticados como causadores dos entraves da população negra aos lugares de menor prestígio na sociedade brasileira. Como meio de solucionar esse impasse, as políticas da diversidade, em particular as políticas racializadas, foram criadas mediante a pressão exercida pelo movimento negro sobre o Estado.

Neste sentido, a diversidade e a inclusão são dois conceitos fundamentais para analisar a composição de diferentes atores sociais nas instituições de ensino superior. Gonçalves (2014) atesta que a diversidade é responsável pela introdução de um novo modelo de acesso e promove a emergência de uma nova etnicidade negra. Já a inclusão é responsável pelo acesso de negros nessas instituições e vem se desenhando através de um modelo híbrido⁵ de ações afirmativas por combinar fatores, tais como cor/raça, classe, renda, região e origem escolar.

E por que as políticas racializadas no campo educacional são tão estratégicas para o movimento negro brasileiro? Seguindo a afirmação de Lima (2015), a educação é o principal mecanismo de superação das desigualdades e ao mesmo tempo atua como um mecanismo de reprodução delas. Se formos analisar a presença da população negra no sistema educacional brasileiro e, principalmente, no nível do ensino superior, essa reprodução sai do campo da teoria e se apresenta de modo claro e cruel no campo da

⁴ Conferência de Durban é como ficou conhecida a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela Organização das Nações Unidas contra o racismo e o ódio aos estrangeiros. É a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas e que se realizou entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

⁵ O modelo híbrido é adotado para a formulação de políticas públicas no Brasil. Esse modelo corresponde à junção de fatores, como cor/raça e renda para dar conta da diversidade de sujeitos que são os beneficiários dessas políticas.

prática. Nesse sentido, a educação surge para a população negra como o único meio de ascensão social e a teoria de que o problema do negro no Brasil não é só de classe, mas também racial, passa a fazer total sentido na medida em que, de acordo com o Censo Escolar 2017⁶, fica impossível desassociar uma categoria da outra.

Ao olharmos para a questão da acessibilidade de negros ao ensino superior, identificamos que a adoção de políticas de ações afirmativas não resolveu o problema do acesso, mas possibilitou o aumento do fluxo de pessoas negras às instituições, especialmente nas universidades públicas.

Esse processo de acessibilidade é caracterizado em dois contextos distintos: o primeiro na esfera federal, ou seja, das universidades e institutos federais, e o segundo nas universidades estaduais. Se as instituições estão incluídas na esfera federal, a obrigatoriedade da adoção se dá mediante a Lei nº 12.711/12, popularmente apelidada de Lei de Cotas, que tem como finalidade regulamentar a utilização de políticas de ações afirmativas nos processos de ingresso ao ensino superior nas universidades e institutos federais de todo o país.

No caso das universidades estaduais, a adoção dessas políticas está condicionada às iniciativas individuais das próprias universidades ou de legislação estadual. No caso específico do estado do Rio de Janeiro, onde a pesquisa foi desenvolvida, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) adotaram as ações afirmativas mediante a Lei Estadual nº 415/03⁷.

A partir da implantação da lei e, posteriormente, das implementações, o acesso de pessoas negras nas universidades públicas do Rio de Janeiro proporcionou mudanças nas configurações das universidades, possibilitando transformações nas paisagens do

⁶Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 27 mai. 2021.

⁷ Lei que estabeleceu a reserva de vagas para negros, estudantes oriundos de escolas públicas e pessoas com deficiência.

ambiente acadêmico e no que se refere às disputas políticas existentes nas instituições de ensino.

Essas disputas passaram a ter como principal demanda a continuidade do acesso de pessoas negras às universidades, também somadas às questões sobre a permanência universitária. Em desacordo com as ordens de prioridade das pautas levantadas pelo movimento estudantil tradicional, baseado na identidade de estudante universitário e suas demandas universais, alguns estudantes negros interessados nas questões da continuidade das políticas de ações afirmativas se juntam em coletivos a fim de tocarem demandas e pautas específicas, compreendidas como fundamentais para o grupo.

Esse é o desafio que está posto para as políticas de ações afirmativas, em especial, para as políticas racializadas: fomentar uma reorganização não só da cena sociopolítica universitária contemporânea, mas também da sociedade brasileira como um todo, agindo na diminuição das desigualdades existentes entre negros e não-negros, possibilitando a ascensão da população negra para além dos lugares sociais historicamente reservados, e possibilitando a formação de gestores para a ocupação de cargos de lideranças nas diversas áreas da vida social.

A ruptura entre o movimento estudantil tradicional e o surgimento de coletivos de estudantes negros

Diante do apresentado até esta seção, entendemos que o aumento do acesso da população negra às universidades, proporcionada pela aplicação das políticas de ações afirmativas, acarretou transformações no ensino superior. Esses novos estudantes – beneficiários de ações afirmativas – trazem consigo um repertório de discursos e narrativas, engajamento político e demandas específicas.

Tendo as ações afirmativas como pano de fundo, observar essas relações entre o movimento estudantil tradicional e os coletivos de estudantes negros fez necessário para termos um entendimento desse complexo cenário, identificando rupturas, continuidades e disputas entre essas entidades discentes políticas, na medida em que esses atores produzem uma série de questões que se apresentam nas universidades brasileiras na contemporaneidade.

A existência de tensionamentos e disputas é algo comum dentro do campo dos movimentos sociais, como acontece com o movimento estudantil e os coletivos de estudantes negros. Para uma melhor compreensão desse contexto, apresentamos primeiro a definição que Maria da Glória Gohn faz de movimento social. De acordo com Gohn (1997), podemos entender os movimentos sociais como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil.

Nessa perspectiva, a autora ainda salienta que as ações dos movimentos sociais se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo⁸.

Nesta sequência, lançamos as seguintes perguntas: Mas o que é o movimento estudantil? Por que esses movimentos apesar de estarem sendo construídos por estudantes dentro das universidades rompem uns com os outros? E o que seria então a

⁸ É importante destacar que não há um consenso sobre a definição do conceito de movimentos sociais pelos teóricos da área dos estudos dos movimentos sociais e das ações coletivas.

definição de coletivos? O que os liga e o que os afasta? Apresentamos nossa interpretação sobre essas questões a seguir.

Trazemos a definição de Sousa (1999) sobre o entendimento do que é o movimento estudantil. Segundo o autor:

o movimento estudantil é um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais, organizados sob outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais “clássicos” de representação social (partidos, governos, sindicatos etc.), redescobrimo novos modos de intervenção social que exigem um olhar diferente sobre a expressão política do cidadão comum (SOUSA, 1999, p. 177).

Em consonância com Sousa (1999), Mesquita (2003) descreve em seu artigo o movimento estudantil, chamando a atenção para as suas diferentes expressões, com o objetivo de identificar as estruturas e dinâmicas de organização, elementos, práticas e conteúdo que indicassem uma nova forma de sociabilidade militante.

De fato, Mesquita (2003) tenta fazer esse esforço, captando algumas pequenas nuances que, ao nosso entender, diagnosticam traços de avanços na forma como o movimento estudantil se organiza e se estrutura, identificando esse ator político como sendo constituído por uma pluralidade, pois de acordo com o autor:

Nesta pluralidade existente, o movimento agrega um número infinito de tribos e grupos em seu interior, desde aqueles que se manifestam através de tendências orgânicas – geralmente ligados a um partido político –, até aqueles que expressam interesses temáticos e mais localizados – como o grupo de estudantes negros e as Executivas de Curso, por exemplo (MESQUITA, 2003, p. 120).

Expostas as duas compreensões sobre o que é o movimento estudantil e mediante a realização da pesquisa (OLIVEIRA, 2019), entramos em desacordo com o apresentado pelos autores Sousa (1999) e Mesquita (2003), porque, para nós, o movimento estudantil continua reproduzindo uma estrutura que não é diferente dos outros tipos de movimentos sociais categorizados como tradicionais (partidos, governos e sindicatos), ou seja, eles ainda se estruturam e se organizam de forma hierárquica,

vertical e institucionalizada, apesar da “pluralidade de tribos no movimento”. Por essa razão, cristalizamos nosso entendimento que vai na direção contrária ao identificado pelos autores.

Ao realizar entrevistas com os interlocutores da pesquisa, alguns deles alegaram que já foram militantes do movimento estudantil de suas universidades ou já tiveram essa experiência no ensino médio, e que se afastaram devido a não concordarem que as pautas raciais tivessem sempre um lugar de “pauta coadjuvante” na agenda política do movimento estudantil.

É nesse contexto que os coletivos surgem nas universidades, em especial os coletivos de estudantes negros que foram os objetos desta pesquisa. Mobilizados politicamente, por meio da comunhão de uma identidade racial coletiva, que os colocam em situações semelhantes na experiência da vida acadêmica, os estudantes negros criam uma agenda e repertórios políticos capazes de permitir que eles disputem os espaços das universidades e dialoguem “de igual para igual” com as instâncias e com os outros movimentos existentes dentro das instituições.

Em sua tese, Sacramento (2012) nos dá pistas de como os coletivos se organizam. Conforme elucidada a autora:

Apresentando elevado potencial mobilizador, os diferentes modelos associativos e formas de atuação política antirracista vêm atraindo o interesse de um número crescente de jovens negros, posicionados como herdeiros de uma elaboração identitária étnico-racial e de um repertório político construído por várias outras gerações de jovens negros e negras (SACRAMENTO, 2012, p. 15).

De acordo com Oliveira (2019), os coletivos são um tipo de entidade que se caracteriza por uma organização e estrutura que é descentralizada, horizontal e autônoma. Diferente do movimento estudantil, são marcados pela ausência de uma forma padrão, apresentando formas que são rizomáticas (DELEUZE; GATTARI, 1997) e nômades.

Alguns dos coletivos pesquisados, como é o caso dos coletivos Iolanda de Oliveira (UFF) e Luisa Mahin (Unirio), além de elegeram a questão racial como base de mobilização, articulam outros marcadores sociais da diferença, como classe, gênero e sexualidade nas suas ações políticas⁹.

Com isso, relacionando as diferenciações apresentadas entre o movimento estudantil e os coletivos de estudantes negros, reafirmamos nosso argumento de que, apesar de compartilharem o espaço universitário como arena de disputas políticas, há uma ruptura entre os movimentos, levando-os a agirem de formas separadas, devido às finalidades e agendas políticas serem distintas.

Ações políticas dos coletivos de estudantes negros: os casos dos coletivos Luísa Mahin, Coletivo Maria Soldado e do Coletivo Assalto

Os coletivos negros caracterizam-se pela inexistência de uma forma padrão ou pela baixa ou nenhuma adesão às hierarquias encontradas em outros movimentos, como nos partidos políticos, sindicatos e associações, se opondo estruturalmente ao movimento estudantil tradicional¹⁰. Possuem múltiplas formas de organização política e, conseqüentemente, múltiplas agendas agregando membros conforme as especificidades do Coletivo. Notamos, no entanto, que a questão racial é o fator que os une.

Tomamos com referência a ideia de rizoma dos filósofos Deleuze e Guattari (1997) para descrever os desenvolvimentos dos Coletivos a partir de uma multiplicidade de

⁹ Importante salientar que nenhum dos coletivos que fazem essa quadriangulação de raça, classe, gênero e sexualidade se autoidentificam ou são identificados como interseccionais.

¹⁰ É importante frisar que essas configurações são relacionadas aos coletivos com os quais eu trabalhei durante a dissertação. Existem coletivos negros que fogem um pouco dessas características citadas no texto, mas no geral o formato explicado é o que foi encontrado durante a realização do trabalho de campo.

formatos adotados e crescimento desordenado, não possuindo uma raiz ou centro. Em alguns casos, suas agendas ultrapassam as fronteiras das universidades sem abandonar a questão do combate ao racismo.

As mobilizações dos coletivos de estudantes negros acontecem de formas variadas devido à autonomia que eles possuem para poderem se organizar e traçar estratégias. Com a finalidade de criarem ações coordenadas, os coletivos se organizam em diversas frentes no que diz respeito as suas atuações.

Uma interessante forma de organização que esses coletivos vêm adotando para conseguir dar conta de estar em vários espaços diferentes, facilitando a mobilização entre eles, é a organização em formato “guarda-chuva”¹¹. Essa estratégia tem como objetivo atender demandas específicas de membros do coletivo que são de cursos, institutos, faculdades e até de diferentes *campi*. Para a resolução desse impasse, o coletivo se utiliza da fragmentação em sub coletivos para assim criarem braços em diferentes espaços nas universidades. Há alguns casos de sucesso que adotam esse tipo de organização, por exemplo, os casos do Coletivo Negro Luísa Mahin, do Coletivo Maria Soldado e do Coletivo Assalto na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

O Coletivo Negro Luísa Mahin, também conhecido pelos estudantes como CNLM, é um coletivo de identidade negra que está presente no cenário universitário em busca de conscientizar a todos e dialogar sobre os assuntos relacionados às questões raciais com as pessoas negras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro¹². O coletivo está localizado no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) e é composto majoritariamente por alunas do curso de Pedagogia. Elas são, em grande parte, mães,

¹¹ O adjetivo guarda-chuva é atribuído ao fato de vários coletivos estarem situados em diferentes localidades conectados a um coletivo central, em que as decisões são discutidas e levadas para os demais, por intermédio de membros que fazem parte tanto de um, como de outro coletivo.

¹²Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivonegroluisamahin/>. Acesso em: 29 mai. de 2021

moradoras da Zona Norte ou Baixada Fluminense e frequentam a universidade no período noturno. Sua fundação data do ano de 2005 e, por esse motivo, foi o primeiro coletivo de estudantes negros da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Devido à diferenciação da forma de organização estudantil nos espaços universitários, o coletivo tem como primazia uma efetiva comunicação com os estudantes negros de toda universidade. Caracterizado por ter uma abertura com todos os estudantes negros da instituição, o coletivo serviu como modelo de inspiração para a criação de outros dentro da mesma universidade. Por isso, o Coletivo Maria Soldado, do curso Enfermagem e o Coletivo Assalto, do curso de Teatro, surgem posteriormente à fundação do Coletivo Luísa Mahin, um “coletivo guarda-chuvas”, identificado como a Frente Representativa dos Estudantes Negros da Unirio¹³.

O Coletivo Luísa Mahin possui diversas atividades não só de militância, mas também de ações pedagógicas na luta contra o racismo. Seus integrantes oferecem oficinas de arte, palestras em eventos acadêmicos da instituição, organizam feiras com a perspectiva de valorização da cultura negra e, no âmbito da universidade, combatem diariamente a colonização dos currículos dos cursos de graduação, a negligência da instituição com os estudantes negros e pobres e a evasão do corpo discente negro da Unirio.

O Coletivo Maria Soldado foi criado por estudantes negros do curso de Enfermagem. Ele se localiza na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, que compõe a unidade do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Unirio. A finalidade desse coletivo é agregar estudantes negros que ingressam no curso de Enfermagem sem possuírem referências sobre o corpo negro, sobre a história de homens e mulheres negras no campo da Enfermagem, entre outros temas ligados à representatividade e à questão étnico-racial nessa área do conhecimento.

¹³ Os coletivos Maria Soldado e Assalto são braços do Coletivo Luísa Mahin nos cursos de Enfermagem e Teatro, respectivamente.

O Coletivo também serve como um lugar de sociabilidade entre esses estudantes com origem na classe trabalhadora, que não têm a possibilidade de usufruir plenamente do curso de Enfermagem, uma vez que o curso possui uma carga horária extensa e integral. Denunciado pelos integrantes do Coletivo como um curso conservador, por não oferecer a seus estudantes nenhuma informação ou referência às personalidades negras – mortas ou vivas –, no campo da Enfermagem, tampouco na área da saúde de um modo geral.

Para além desse problema, existem outros, tais como a falta de uma discussão sobre temas de pesquisas voltados às relações raciais no campo da saúde, disciplinas oferecidas sobre saúde da população negra e a falta de docentes do curso que possam servir de referência para o corpo discente. Por esse motivo, a existência do Coletivo Maria Soldado é tão estratégica no curso de Enfermagem, por ser a entidade política que toca e pauta as questões raciais dentro dessa faculdade.

Por outro lado, o Coletivo Negro Assalto, situado na Escola de Teatro do Centro de Letras e Artes (CLA) da Unirio, possui característica distinta. Por estar dentro de uma unidade acadêmica, formado majoritariamente por estudantes dos cursos de Teatro e Estética e Teoria do Teatro, o Coletivo denuncia os problemas vivenciados pelos estudantes negros do curso – que são basicamente eles próprios –, de uma forma particular e criativa. Para realizar denúncias, lutar contra o racismo e reivindicar demandas específicas dos estudantes dos cursos lotados no Centro de Letras e Artes, os membros do Coletivo utilizam variadas formas de expressões artísticas, como grafite, rodas de rap, hip-hop, pintura, pichações, filmagens e representações de esquetes. Dessa forma, o Coletivo Assalto utiliza, dentro do seu repertório político, “a arte” ou “as artes” para fins de mobilização dentro do Centro de Letras e Artes da Unirio.

De forma a atender as diversas demandas que os estudantes negros possuem em seus cursos de graduação, o Coletivo Negro Luísa Mahin se ramifica nos Coletivos Maria Soldado e Coletivo Assalto para que a pluralidade de demandas existentes e a atuação à

frente da variedade de problemas enfrentados pelos estudantes negros sejam sanados de forma igualitária, sem o privilégio de um curso ou demanda sobre a outra. A partir desses exemplos, notamos o quanto é importante a criação e construção de novos repertórios com o objetivo de um não esgotamento de como fazer a luta.

Em prol de melhorar a experiência dos estudantes negros nas universidades, os coletivos cada vez mais estão refinando seus repertórios, construindo e planejando novas formas de mobilização política e travando diálogos e negociações cada vez mais necessários e eficientes com as instituições. De acordo com essas análises, apontamos a necessidade de darmos atenção a esse fenômeno que vêm crescendo cada vez mais nas universidades brasileiras, possibilitando novas abordagens e compreensões acerca do fazer político desses atores dentro das instituições de ensino superior, especialmente nas universidades públicas.

Conclusão

O aumento do fluxo de estudantes negros proporcionado pela implantação e implementação das políticas da diversidade, em especial de ações afirmativas no ensino superior, possibilitou uma nova configuração nas universidades brasileiras, especialmente nas universidades públicas.

Organizados por meio da identidade racial como força motriz de mobilização política, os estudantes negros, comprometidos com o combate às barreiras enfrentadas por eles tanto para acessarem, quanto para permanecerem nas universidades, se juntam em coletivos para demandar pautas específicas do grupo.

Concluimos este artigo com o entendimento de que os coletivos negros possuem múltiplas formas de organização política e de estrutura dentro do espaço acadêmico, dentre elas a caracterização pela ausência de uma forma padrão, pela ruptura com o

movimento estudantil, prezam pela horizontalidade, pela autonomia e pela fiscalização e acompanhamento das políticas de ações afirmativas, visando a manutenção delas nas universidades brasileiras.

Não esgotamos aqui nossas impressões, análises e resultados da pesquisa realizada com os coletivos de estudantes negros em universidades públicas do Rio de Janeiro. Nossa intenção é de lançarmos alguns apontamentos para promover futuros diálogos com pesquisadores interessados em se debruçarem sobre essas entidades.

Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** – Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais** – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, B. **Movimentos sociais na era global**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social e a experiência americana. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, N.L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set., 2012.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Políticas educacionais, ações afirmativas e diversidade. **Crítica e sociedade**: revista de cultura política, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais da UFU. v. 4, n. 1, p. 142-162, 2014.



- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Argumentando pelas ações afirmativas. *In: Racismo e antirracismo no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2005.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HENRIQUES, R. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: Unesco, 2002.
- JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In: THEODORO, M. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, v. 1, 2008, p. 131-166.
- LIMA, Márcia. Ações afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 16, p. 27-43, 2015.
- MESQUITA, M. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [online.], n. 66, p. 117-149, 2003.
- OLIVEIRA, G.S. *Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil*. Dissertação de Mestrado. Duque de Caxias: UERJ, 2019.
- SACRAMENTO, M. *Itinerários de etnicidade: jovens negros e jovens negras em contextos de militância antirracista*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2012.
- SOUSA, J. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SILVÉRIO, V. **Ação afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil**. São Paulo: Anped, 2003.

TOURAINÉ, A. **Os movimentos sociais**. In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J. de S. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

